

RESENHAS

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NO BRASIL – DOS JESUÍTAS AOS ANOS DE 1980¹

Azilde L. Andreotti²

É sempre bem-vinda uma publicação sobre educação com uma abordagem que inclui explicações e entendimentos mais amplos que norteiam a prática educativa. O livro *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil – dos jesuítas aos anos 80*, de Solange Aparecida Zotti, trata do currículo oficial como uma questão não apenas educacional, mas em uma perspectiva que considera suas determinações sócio-políticas, ultrapassando a interpretação eminentemente técnica que orientaram, muitas vezes, os estudos sobre a matéria. O comprometimento do currículo oficial e sua identificação com as relações de poder na sociedade brasileira são tecidos ao longo do texto, em um exercício que estabelece as vinculações que desvendam a sua intencionalidade.

Já no segundo parágrafo da introdução do livro, a autora define a questão que encaminhou a construção do trabalho: “Qual a relação entre o contexto socioeconômico-político brasileiro, a proposta educacional e as propostas curriculares oficiais presentes na legislação federal? Em que medida as propostas curriculares oficiais atendem ao contexto social, especialmente aos determinantes econômicos e políticos”?

O trabalho, dividido em períodos políticos, abrange os primórdios da educação oficial no Brasil, a educação jesuítica, até o início dos anos oitenta do século XX, no governo da Nova República. A historicidade do currículo e suas implicações na organização social e educacional são apresentadas a

¹ ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil – dos Jesuítas aos anos de 1980**. Campinas; Autores Associados, 2004.

² Profa. Dra. da UNIB e pesquisadora vinculada ao Centro de Memória da UNICAMP. Email:

partir do contexto social e da realidade educacional de cada período e, através da análise da legislação, é sistematizado o currículo oficial para os níveis elementares e secundários de ensino.

A importância da história do currículo oficial e sua dimensão para a organização escolar do país se justifica, porque como afirma Solange Zotti, o estudo do currículo oficial “desvela facetas do que se está buscando da educação, da escola, mesmo que não concordemos com suas diretrizes. Conhecer criticamente as propostas oficiais nos possibilita um papel mais ativo diante da relação currículo oficial / currículo real, pois só poderemos nos contrapor ao que é imposto se conhecermos seu conteúdo, as razões das escolhas feitas, as implicações socioeconômicas e políticas presentes nas propostas.”(p.10).

A flexibilidade do currículo oficial não exclui sua capacidade reguladora e sua influência nas grades curriculares, nos planos de ensino, na escolha dos livros didáticos e no currículo real, como bem assinala a autora, que além de Mestre em Educação, é professora de escola pública, vivenciando na prática a questão curricular.

Nessa perspectiva, o conhecimento do currículo oficial através da história, sua origem e intenção, proporciona uma atuação mais consciente, alargando o conceito de currículo para além de seu caráter técnico e estabelecendo uma relação entre o currículo e os valores e condutas que se pretende instituir na prática educativa. A que interesses atende o currículo oficial? O presente trabalho ajuda a responder a essa questão.

O livro se divide em quatro capítulos. No primeiro, Solange Zotti relaciona colonização, catequese e educação, no contexto de exploração mercantilista, baseada no trabalho escravo e aborda o confronto entre a educação no período de Manoel da Nobrega, com cunho catequizador e ensinamentos práticos e a das autoridades jesuítas, que a partir de 1580 imprimem uma educação voltada para os interesses administrativos e da colonização, ou seja, para a formação de segmentos considerados essenciais, mesmo que numericamente pequenos, como os missionários, o pessoal administrativo e as elites, segregando o índio e o pobre. A doutrina cristã e o currículo universal se impõem, com normas padronizadas pelo *Ratio Studiorum*.

O ensino elementar era proporcionado pela família e reforçado nos colégios, com ênfase nas humanidades e os cursos secundários abarcavam retórica, humanidades e gramática, ministrados em latim. Em meados do século XVIII, como demonstra a autora, as línguas vernáculas e o estudo das ciências são introduzidos no modelo curricular.

Os jesuítas permaneceram à frente da educação no Brasil até 1759 e no período posterior, reconhecido como Pombalino, o sistema educacional existente foi extinto, limitando-se a algumas reformas, como as aulas régias, em substituição ao que era oferecido nos colégios jesuítas. Esse período é caracterizado por Solange Zotti como o de diversificação das atividades econômicas e de crescimento da vida urbana no país, no qual um plano educativo seria de vital importância, o que não aconteceu, já que as propostas modernizadoras em educação da Reforma Pombalina, com o objetivo de promover Portugal frente aos avanços científicos do momento, não chegaram por aqui

No segundo capítulo, o livro aborda o Brasil Império, período destacado pela vinda da família real e pela Independência, fatos que não alteraram a organização social do país, caracterizado como exportador de matéria prima, baseado no trabalho escravo e com a maioria da população excluída do processo sóciopolítico. A autora examina o currículo do ensino primário e secundário, apontando entre outros atos e reformas, o decreto imperial de 15 de outubro de 1827, a primeira lei de instrução elementar que dispõe sobre as escolas de primeiras letras, previstas em todas as cidades populosas e o Ato Adicional de 1834, anunciando a descentralização do ensino elementar e secundário, delegados para as províncias. A falta de cursos para a formação de professores (caso do ensino mútuo), a precariedade de atendimento das províncias, aliada ao descaso com o nível elementar de ensino pelo poder central, imprime uma escola elementar escassa, reduzida à leitura, à escrita e ao cálculo, não atendendo à necessidade escolar da população.

Nesse período criam-se escolas superiores em virtude da necessidade da máquina administrativa que se ampliava e vincula-se o curso secundário a esse nível de ensino. O capítulo traz, de forma minuciosa, as reformas dos planos de estudo do Colégio Pedro II, inaugurado em 1837, na capital, modelo das escolas secundárias do país.

A Primeira República (1889-1930) é contemplada no terceiro capítulo, momento em que se encaminha um projeto de industrialização para o país, sob uma política oligárquica, vinculada ao setor rural. A descentralização política concebida com a Constituição da República, que instituiu o sistema federativo de governo, se propagou para a educação e o nível elementar de ensino, como já havia sido anunciado no período anterior, permaneceu por conta dos estados. O ensino leigo nas escolas públicas também fez parte das diretrizes dessa Constituição.

O descaso com o nível elementar de ensino é destacado no capítulo, indicando que somente 19% das crianças em idade escolar recebiam ensino no período. (p. 72-73) O texto aborda a Reforma Benjamin Constant, em 1890, a única que concebeu mudanças curriculares no curso primário, se restringindo ao Distrito Federal e não atingindo outros estados, que se limitaram ao ensino das primeiras letras. As mudanças nesse nível de ensino ocorreram a partir dos anos 20, com algumas reformas estaduais, que não são contempladas no livro, cuja proposta, como já citado, é analisar o currículo escolar a partir das diretrizes do poder central.

O ensino secundário sofreu várias reformas na Primeira República, pela sua importância como meio de ingresso aos cursos superiores e também de mobilidade social, em um contexto que apresentava mudanças, com a viabilização do processo de industrialização, de crescimento urbano e de expansão das camadas médias.

Esse período congrega várias reformas de ensino destacadas pela autora, como a Reforma Benjamin Constant, já citada, a Reforma Epiácio Pessoa, a Lei Orgânica Rivadávia Correia, a Reforma Carlos Maximiliano e a Reforma João Luiz Alves, voltadas basicamente para a educação superior nacional e o ensino primário e secundário do Distrito Federal, reiterando o Colégio Pedro II como modelo para todo o país.

No IV capítulo são contemplados os anos 30 até 1964, período em que se constrói um modelo econômico voltado para a industrialização, no qual a educação teve um papel importante na sua relação com o desenvolvimento. A autora incursiona pelo nacional desenvolvimentismo que caracterizou o período, destacando a educação como projeto nacional direcionado para atender ao desenvolvimento econômico industrial.

As reformas de ensino são apresentadas a luz dos vários acontecimentos e conseqüentes rumos da história do país que caracterizaram o período de 1930 a 1964, como a fase getulista, o projeto de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, até a deposição de João Goulart.

A autora aponta os debates que acompanharam a questão educativa, imprimida pelos grupos envolvidos com a educação. Arrola o currículo da Reforma Francisco Campos, que ampliou e deu organicidade ao ensino secundário, contemplando uma formação bastante abrangente, voltada basicamente para as camadas da população com preparo e que se identificavam com o projeto de ingresso nos cursos universitários, o que continuou a imprimir um caráter elitista a esse nível de ensino. O ensino religioso volta ao currículo com a intenção de formação moral dos jovens, como também para atender ao grupo ligado a igreja católica, tão atuante nas discussões sobre os desígnios da educação no país

As Leis Orgânicas de Ensino da Reforma Capanema, nos anos 40, abrangem o ensino médio de formação geral e os de habilitação para o trabalho, enfatizam a questão cívica que acompanha os currículos escolares, bem como um projeto profissionalizante de educação. Nessas leis, a questão do preparo de uma elite dirigente é assim apresentada no texto: “O caráter elitista do ensino secundário de formação geral foi escancaradamente explicitado na lei. Haveria uma adolescência (diga-se da classe burguesa) predestinada à condução da sociedade e que teria acesso a um ensino específico”, citando a formação de *individualidades dirigentes, esclarecidas de sua missão social e patriótica*, que consta na exposição de motivos da lei. (p.108).

A autora destaca a introdução da geografia e da história do Brasil como disciplinas específicas, atendendo ao cunho nacionalista do período, da educação moral e cívica, como também do ensino das ciências e do ensino religioso facultativo ou livre.

A Lei Orgânica do ensino primário da Reforma Capanema de 1946, a primeira nacional colocada em prática depois da anunciada descentralização desse nível escolar no Império e reiterada com a República, alarga os objetivos desse grau de escolarização, não mais só para ler e escrever, mas como indica Solange Zotti, com uma preocupação voltada para a formação da criança de forma mais integral, influência da nova pedagogia.

De uma forma geral, o trabalho indica o equilíbrio entre as disciplinas científicas e clássicas das grades curriculares, atendendo ao desenvolvimento econômico, como também a ênfase no ensino profissionalizante, destacando as diferenças de escolarização entre as camadas sociais e a educação a serviço do mercado de trabalho.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 4.024/61, a primeira que contempla todos os níveis de ensino com o objetivo de regular a educação nacional, dispõe de forma bastante

flexível a matriz curricular do ensino primário, deixando que as várias regiões decidissem parte do currículo, segundo as suas necessidades.

A descentralização do currículo ocorre também no ensino médio – de formação geral, profissionalizante e de formação de professores e se traduziu pelas disciplinas obrigatórias propostas pelo Conselho Federal de Educação e outras, de acordo com os Conselhos Estaduais e as escolas. Essa descentralização, como bem afirma Solange, não ocorreu, de fato, pela inexistência de Conselhos Estaduais de Educação em todos os estados e tampouco a participação das escolas. Com isso, as sugestões de disciplinas optativas feitas pelo Conselho Federal, perfizeram a grade curricular de muitas escolas. Essas sugestões são apresentadas no livro, como também as diretrizes de cada matéria obrigatória. O texto indica ainda a redução do número de disciplinas no ensino médio e a obrigatoriedade da Educação Física.

O período da ditadura militar é abordado no último capítulo do livro, com a apresentação resumida do conteúdo dos cinco Atos Institucionais que “ditaram as regras e legitimaram os interesses militares” (p. 138), como também é caracterizada a política econômica, voltada aos interesses do capital internacional, à promoção do processo de monopolização da economia e de concentração de renda.

As leis complementares à lei n.4024/61, fixadas em 1966 e a lei n.5692/71, o grande marco da educação do período, são contempladas pela autora, em capítulo denso, pela quantidade de artigos, resoluções e pareceres apresentados.

Dada a importância do tema, Solange Zotti destaca a introdução da Educação Moral e Cívica nos currículos escolares, apresentando o programa para o ensino primário e as recomendações do Conselho Federal de Educação para o ensino secundário, bem como suas finalidades e diretrizes, concluindo com o conteúdo dessa disciplina. A obrigatoriedade da Educação Física e a introdução da EMC são analisadas na perspectiva de sua adequação aos interesses da ditadura militar. Como bem afirma a autora, “a ênfase no patriotismo, nos deveres cívicos, transformou-se em discurso ideológico e num instrumento poderoso para a manutenção da ordem” (p. 149).

A lei n. 5692/71 imprime outra organização à educação, estendendo a obrigatoriedade da escolaridade de quatro para oito anos, com o nome de 1º grau. O ensino médio ou 2º grau é reduzido de sete para três anos. A autora apresenta a organização curricular, que possui um núcleo comum obrigatório em nível nacional e outro diversificado, para atender as especificidades de cada região. O currículo se constitui de uma educação geral e outra *especial* no primeiro e segundo graus e o termo especial caracterizou formação profissional, demonstrando a ênfase dada, no período, ao ensino tecnicista e profissionalizante e à educação como investimento para o desenvolvimento e habilitação para o trabalho.

Um contingente maior de jovens em vias de ingresso nos cursos superiores e a falta de vagas contribuiu para uma política de expansão do ensino médio profissionalizante, restringindo a demanda para o nível superior de ensino, como também, adaptando a escola à etapa de desenvolvimento a que se propunha o país.

A preocupação com a educação, no período, relaciona-se a sua importância como meio de transmissão de valores adequados ao momento autoritário, como também ao projeto econômico do país, de grandiosidade. De uma forma geral, assiste-se ao fortalecimento do ensino privado, a uma concepção tecnicista de educação e a escola como meio de difusão do ideário da ditadura militar.

No fim do capítulo, a autora inclui a Reforma de 1982, no período de transição democrática, que revê o ensino profissionalizante, um dos grandes fracassos das diretrizes educacionais do período militar, que aliou falta de recursos e defasagem em relação às mudanças tecnológicas.

No decorrer de todo o texto de Solange Zotti transparece sua tese principal: *de que a organização do ensino e curricular é adequada ao contexto sócio-econômico e político, especialmente no sentido de garantia dos interesses dominantes* (p.222).

O livro demonstra que já na sua gênese a organização educacional segregou determinados grupos sociais, realidade que acompanhou a trajetória do país e da educação e que tem explicações nas raízes de sua organização social de cunho escravocrata, de colônia explorada e dilapidada, na qual uma elite se destaca, comprometida com grupos e interesses hegemônicos, em que até a escola elementar foi negada a camadas da população, como também a continuidade da escolarização. Como bem afirma a autora, a falta de uma legislação nacional sobre o ensino elementar, em vários períodos da história do país, demonstra a desatenção para com esse grau de ensino, de formação básica e de inserção no processo educativo.

Se por um lado, abordar um período tão longo incorre no risco de uma síntese muito abrangente, por outro lado, essa publicação tem a qualidade de reunir inúmeras informações, pois a sua construção, mesmo com o objetivo específico de historiar o currículo oficial, considerou aspectos importantes para a história da educação e acabará sendo de consulta para pesquisadores, professores e alunos interessados em educação.

A publicação é relevante por proporcionar uma ampla apresentação do currículo oficial a partir das diretrizes do poder central e seus condicionantes e, sem dúvida, representou um trabalho de fôlego, minucioso e apoiado em uma bibliografia competente e farta documentação, no que diz respeito às legislações apresentadas.